

**JUR 1080 –2HA – LABORATÓRIO – EXTENSÃO EM LITÍGIO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS (PROFESSORA ANDREA SCHETTINI)**

O laboratório tem por objetivo desenvolver pesquisa teórica e empírica sobre formas de litígio internacional no campo dos Direitos Humanos. Partindo de uma abordagem crítica e interdisciplinar, pretende-se refletir sobre os impactos dos mecanismos internacionais na proteção nacional dos direitos humanos, no enfrentamento da violência estatal e na reparação das pessoas e grupos vitimados pelo Estado brasileiro. Em parceria com a ONG CEJIL (Centro pela Justiça e o Direito Internacional) – organização regional que, desde o início dos anos 1990, atua no Sistema Interamericano de Direitos Humanos –, será desenvolvido o monitoramento da implementação de decisões da Comissão e da Corte Interamericana de Direitos Humanos contra o Estado brasileiro. Através do estudo de casos, escolhidos a cada período, será estimulada a reflexão sobre uma série de temas centrais, tais como: os modos de litigância estratégica; os aspectos do processo internacional em Direitos Humanos; o exercício do controle de convencionalidade; o (des)cumprimento de decisões internacionais; e as formas de implementação das reparações às vítimas de violações de direitos humanos.

**JUR 1081 –2HA – LABORATÓRIO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS (PROFESSOR THIAGO RAGONHA VARELA)**

O Laboratório de Direitos Fundamentais se dedicará ao estudo da liberdade de expressão e suas limitações na jurisprudência brasileira. A turma se dedicará ao estudo de decisões judiciais do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e do Supremo Tribunal Federal que tratem sobre a liberdade de expressão e sua relação com discursos de ódio, crimes de injúria, censura a órgãos de imprensa e demais ações que restringem a liberdade de expressão.

**JUR 1082 –2HA – LABORATÓRIO DO SUPREMO – GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA SOBRE O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (PROFESSORA ANA LUIZA SARAMAGO STERN)**

O laboratório do Supremo vai agregar estudos e pesquisas sobre o STF em três eixos temáticos:

1. Histórico e composição do STF – estudo sobre julgamentos históricos da corte e formas e critérios de sua composição.
2. Jurisdição constitucional e democracia – estudo sobre o papel da jurisdição constitucional, competências e limites de atuação do STF e relação do STF com os outros Poderes e o Estado Democrático de Direito
3. Jurisprudência – debates e comentários sobre os julgados do Supremo, decisões recentes e casos em trâmite na suprema corte.

As aulas prezarão pelo debate a partir da leitura de textos e discussões participativas. Não é necessário pré-requisito.

**JUR 1083 –2HA – LABORATÓRIO – EXTENSÃO EM DIREITOS HUMANOS (PROFESSORA FERNANDA FERREIRA PRADAL).**

O laboratório estará integrado ao projeto de extensão “Maré de Justiça: investigação criminal e controle social em casos de violência de Estado”. O projeto parte dos debates contemporâneos sobre direitos humanos, desigualdades raciais, sociais e territoriais, e a violência de estado no contexto das políticas de segurança pública. Serão trabalhados os parâmetros jurídicos internacionais em matéria de direitos humanos no contexto de violência de estado.

**JUR1090 – 2HA – JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NA AMÉRICA LATINA – (PROFESSORA FERNANDA FERREIRA PRADAL)**

Perspectiva histórica, conceitual, institucional, política e prática da justiça de transição. Mecanismos judiciais e quase-judiciais. Normativas internacionais e nacionais. Lutas sociais e medidas oficiais em matéria de memória, verdade, justiça e não repetição de graves violações de direitos humanos na América Latina.

**JUR1091 – 2HA – PRÁTICA E JUSTIÇA RESTAURATIVA – (PROFESSORA FERNANDA FERREIRA PRADAL)**

Matrizes históricas e teóricas da justiça restaurativa. Valores, princípios e práticas. A justiça restaurativa no Brasil. Limites e possibilidades normativas no Direito brasileiro. Experiências contemporâneas no ambiente escolar, na justiça juvenil e na justiça penal. Abordagens minimalistas e abolicionistas penais. Desigualdades estruturais de raça, classe, gênero e sexualidade. O restaurativismo judicial brasileiro. Horizontes de reprodução ou transformação de práticas punitivas e estigmatizantes no interior do sistema de justiça.

**JUR1094 – 2HA – DIREITO SÓCIO AMBIENTAL E JUSTIÇA CLIMÁTICA – (PROFESSORAS VIRGÍNIA TOTTI E DANIELLE DE ANDRADE MOREIRA)**

Direito, território e comuns. Direito humano ao meio ambiente e ao clima estável e seguro. Emergência ambiental e climática. Conflitos ambientais e climáticos. Injustiça e racismo ambiental e climático.

**JUR 1111 – 2HA - DIREITO AMBIENTAL (PROFESSORA PAULA MÁXIMO).**

Tutela jurídica do meio ambiente: o direito ambiental na constituição de 1988. Competências legislativas. Cidadania e meio ambiente: estudo prévio de impacto ambiental. Informação ambiental. Prevenção e reparação do dano ambiental: responsabilidade civil por danos ao meio ambiente (lei 7347/85). Poder de polícia ambiental: licenciamento ambiental, zoneamento ambiental, padrões ambientais. Proteção do patrimônio natural. Unidades de conservação da natureza, regime jurídico. Código florestal (lei 4771/65). Poluição atmosférica. Poluição das águas doces, mares e zonas costeiras. Poluição do solo: resíduos industriais, tóxicos e perigosos. Poluição sonora. Proteção do patrimônio cultural: regime jurídico do tombamento. Direito ambiental penal. Direito ambiental internacional

**JUR1250 – 2HA- MERCADO DE CAPITAIS (PROFESSORA NORMA JONSSON PARENTE)**

Comissão de Valores Mobiliários

Valores Mobiliários

Oferta Pública de Distribuição

Oferta Pública de aquisição: Alienação de controle, Aquisição de controle, Concorrente, Unificada, Aumento de participação, Cancelamento de registro

Fundos de investimento

Participantes do mercado

Operações em Bolsa

Insider Trading e Manipulação de Mercado

Responsabilidade e Deveres Fiduciários dos Controladores, Administradores, Gestores e Intermediários

**JUR1353 – 2HA- CONTRABILIDADE PARA O DIREITO (PROFESSOR MANOEL VARGAS)**

Noções básicas de contabilidade. Análise das demonstrações contábeis. Cálculo de impostos.

**JUR1750 -2HA – SEGURIDADE SOCIAL (PROFESSOR JOB ELOISIO) – VIRTUAL.**

Seguridade social. Saúde. Previdência Social. Assistência Social. Aspectos Constitucionais. Direito Previdenciário. As relações jurídicas previdenciárias de custeio e de benefício. Segurados. Dependentes. Beneficiários. Contribuintes. Os benefícios e serviços previdenciários. Acidentes do Trabalho. O custeio da seguridade social.

**JUR1851 -2HA - DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (PROFESSORA DENISE PUPO) - VIRTUAL**

Histórico da proteção da infante-adolescência. A criança e o adolescente na Constituição Federal. Direitos fundamentais da população infante-juvenil. A proteção dos menores de 18 anos na normativa internacional. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) e a doutrina jurídica da proteção integral. Direito fundamental à convivência familiar e comunitária. Poder familiar: suspensão e destituição. Colocação familiar: princípios e procedimentos. Guarda e tutela: hipóteses e procedimentos. Adoção. Adoção internacional. Direito fundamental à educação e cultura. Lei de diretrizes e Bases e legislação complementar. Garantias processuais: devido processo legal para o adolescente. Prática de ato infracional. Medidas socioeducativas. Medidas de proteção e medidas aplicáveis aos pais ou responsável. Educação profissional e profissionalização. Conselhos de direitos e Fundo da Criança e do Adolescente. Conselhos tutelares: competência, âmbito de atuação na comunidade. Justiça da infância e juventude: equipe Inter profissional. Ministério Público. Defensoria Pública e o Advogado; Prevenção geral e prevenção especial; crimes contra criança e adolescente.

**JUR1855–2HA - DIREITO DA INFORMÁTICA (PROFESSOR GILBERTO ALMEIDA) – VIRTUAL.**

Reconhecimento do direito da informática como área de especialização (conceito, abrangência e método). O tratamento jurídico de questões postas pela ou sobre a informática e sua confluência com outros ramos do direito. Direito de informática e direito constitucional. A questão da propriedade intelectual. Teoria das obrigações e contratos eletrônicos. Aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor. Abuso do poder econômico. Proteção dos direitos da personalidade. Questões de natureza tributária. Aspectos da criminalidade informática. Direito do trabalho e direito da informática. Direito internacional privado: aspectos pertinentes à jurisdição e foro competente.

### **JUR1914 / 2HA – DIREITO E DEMOCRACIA (PROFESSORA GISELE CITTADINO).**

1. O Direito nas sociedades tradicionais: quando a comunidade se sobrepõe ao indivíduo. Mundos arcaicos e a constituição dos súditos pela vontade do soberano.
2. O surgimento do “sujeito de direitos” em mundos modernos e o seu papel em mundos pós-convencionais. Sujeito como autor e destinatário da norma jurídica. A importância do processo legislativo democrático.
3. As relações entre Direito e Política. Direito como estratégia de normalização e Direito como instrumento de dominação de classe. O direito como “reencantamento” do mundo no final do século XX.
4. Direito e Pluralismo. Direito como organização do consenso em mundos plurais. A relação entre direitos humanos e soberania popular.
5. Direito e Justiça. A distribuição de direitos e bens sociais em sociedade fechadas e em mundos plurais. Autonomia privada e autonomia pública.
6. Pactos sociais e pactos constitucionais. Quais foram as bases e qual é o futuro da Constituição Brasileira de 1988?
7. Os múltiplos significados da judicialização da política. Cidadania juridicamente participativa, interpretação conforme a Constituição, ativismo judicial e delinquência judicial.
8. *Lawfare* e a estratégia do uso do Direito como forma de perseguição política.

### **JUR1920 - 2HA. Sociedades Anônimas: Governança Corporativa – Responsabilidade ESG - Facilitação do Diálogo. Critério de avaliação 1 (MANOEL VARGAS)**

Objetivos: A disciplina tem por objetivo o estudo da Governança Corporativa nas Sociedades Anônimas, com especial ênfase no conceito responsabilidade ESG – environment, social & governance - e na análise crítica das regras de autorregulação do Novo Mercado da B3, sob tal perspectiva. Também tem por objetivo explorar as técnicas e ferramentas da Facilitação do Diálogo como método de superação e resolução de conflitos corporativos. O conceito ESG assumiu relevância nos mercados de capitais mundiais, pelo reconhecimento dos impactos sociais, no meio ambiente e nas relações com os stakeholders, que são aqueles que têm relacionamento com as companhias. No Brasil a questão é refletida nas regras do Novo Mercado da B3. As técnicas tradicionais de resolução de conflitos corporativos apresentam desgaste e ineficiência em muitas situações. A Sociedade requer maior diálogo e o reconhecimento da interdependência entre os diversos atores. Daí a importância da Facilitação do Diálogo, nas suas múltiplas perspectivas.

Ementa: Sociedades Anônimas. Governança Corporativa. Conceito de responsabilidade ESG. Normas de autorregulação do Novo Mercado da B3. Facilitação do Diálogo para resolução de conflitos. Técnicas e ferramentas.

Público alvo: alunos de Direito da ênfase em empresarial; alunos de outros cursos: em especial de Economia, Administração e Engenharia de Produção; alunos que estão cursando o domínio adicional em Empreendedorismo.

## **JUR1921 / 2HA – TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO II - FUNDAMENTOS DE DIREITO DIGITAL (PROFESSOR CARLOS AFFONSO PEREIRA DE SOUZA) VIRTUAL.**

Objetivo: Familiarizar os (as) alunos (as) com os principais temas na interface entre Direito e novas tecnologias da informação, com especial destaque para o desenvolvimento de atividades na Internet e aplicações de inteligência artificial. A disciplina buscará complementar os conteúdos lecionados nas disciplinas obrigatórias, oferecendo um mapeamento de tópicos distribuídos em quatro grandes blocos: (i) Marco Civil da Internet; (ii) Lei Geral de Proteção de Dados; (iii) proteção do consumidor e novas tecnologias; e (iv) inteligência artificial. No primeiro bloco será destacado o processo de criação do Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/14) e seus principais elementos, como a proteção da liberdade de expressão na rede e o consequente desenho de um regime geral de responsabilidade civil para provedores de conexão e de aplicações, além de dispositivos relacionados à privacidade e à neutralidade da rede. No segundo bloco, dedicado à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/18), buscase introduzir o tema de forma a complementar os conhecimentos obtidos pelos (as) alunos (as) em outras disciplinas, procurando enfatizar as conexões viabilizadas pela LGPD entre distintas áreas da prática jurídica. Será dada ênfase à estrutura de bases legais que suportam o tratamento de dados, o exercício de direitos pelos titulares, além do regime de responsabilidade e a atuação da autoridade nacional. O terceiro bloco, dedicado à proteção do consumidor no contexto das novas tecnologias, explora as diversas circunstâncias em que as normas presentes no CDC e na legislação consumerista se aplicam nas contratações e demais relações travadas online. Aqui se destacam temas como cláusulas abusivas na contratação eletrônica, além de questões que surgem na fronteira entre design de aplicações e a tutela do consumidor, como geoprícing, dark patterns, “caixas de recompensas” e outras ferramentas. No último bloco serão detalhadas algumas das mais relevantes discussões sobre a relação entre o Direito e o desenvolvimento de aplicações de inteligência artificial. Sem a pretensão de esgotar o tema, que mobiliza as mais diferentes áreas da prática jurídica, a disciplina procurará abordar questões como a proteção de dados, o exercício de direitos, a tutela dos direitos autorais, além do regime de responsabilidade por danos causados a partir dessas aplicações.

2. Ementa: Marco Civil da Internet – Contextualização e consulta pública – Princípios – Dispositivos sobre privacidade e proteção de dados – Guarda de dados – Neutralidade da rede – Responsabilidade Civil na Internet - O tratamento da responsabilidade de provedores no final dos anos 1990 (CDA e DMCA) - Responsabilidade por ato próprio e por ato de terceiro - Evolução do tema nos tribunais brasileiros – A aplicação da responsabilidade objetiva (teoria do risco e CDC) - A ascensão de modelos baseados em responsabilidade subjetiva - Regime de notificação e retirada - Regime disposto no Marco Civil da Internet - Responsabilidade dos provedores de conexão - Responsabilidade dos provedores de aplicações - Exceções: divulgação não consentida de cenas íntimas - Exceções: direitos autorais - Moderação de conteúdo por provedores - Modelos de transparência e controle – Judicialização da moderação de contas e de conteúdos – Controvérsias sobre o chamado direito ao esquecimento Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) - Fundamentos da Lei Geral de Proteção de Dados - Âmbito de aplicação - Conceito de dados pessoais - Princípios de proteção de dados - Requisitos para o tratamento de dados pessoais - Direitos dos titulares de dados - Agentes de tratamento de dados - Violação de dados pessoais e regime de responsabilidade - Excludentes de responsabilidade - Conceito de incidente de segurança - Privacy by design – Dever de notificar incidentes de segurança - Autoridade Nacional de Proteção de Dados – Sanções – Prática dos processos de adequação à LGPD Proteção do consumidor na contratação eletrônica - Tratamento jurídico do spam e do email marketing - Exercício do direito de arrependimento na Internet – Design de ferramentas e tutela do consumidor: geoprícing, dark patterns e “caixas de recompensas”. Direito e inteligência artificial – Contextualização a partir das lições aprendidas com a regulação da Internet – Cartas de princípios sobre inteligência artificial – Estratégias nacionais e iniciativas regulatórias – IA e proteção de dados – A tutela dos direitos autorais: atribuição de autoria e uso de obras protegidas no desenvolvimento de aplicações de IA generativa – Responsabilidade civil por danos causados por aplicações de IA.

3. Avaliação: Elaboração de breve artigo científico sobre um dos temas tratados na disciplina, articulando seus principais conceitos, controvérsias e aplicações, acompanhada da correspondente doutrina e/ou jurisprudência.

## **JUR1922 / 2HA- TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO FINANCEIRO (PROFESSOR FIRLY NASCIMENTO FILHO)**

### **I. OBJETIVO**

O objetivo da disciplina é promover discussões sobre o Direito e as relações raciais e de gênero como campo de estudo; discutir o funcionamento do sistema de justiça a partir de uma perspectiva crítica; capacitar os alunos a analisar conflitos jurídicos com a metodologia de julgamento com perspectiva de gênero e raça, para atuação profissional mais aderente aos comandos explicitados na Constituição Federal, não só, mas especialmente o artigo 3º, IV da Constituição Federal; aos tratados e convenções dos quais o Brasil é parte em matéria de Direitos Humanos e; ao Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero de que trata a Resolução 457/2023 do Conselho Nacional de Justiça, editada por força da decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos em face do Estado brasileiro no caso Marcia Barbosa de Souza.

### **II. EMENTA**

Princípio da igualdade material e proibição de discriminação. Marcadores sociais da diferença: os conceitos de gênero e raça. Interseccionalidade. Direito e relações raciais e de gênero. A teoria do impacto desproporcional. Crítica normativo-institucional sobre o funcionamento do sistema de justiça. Julgamento com Perspectiva de Gênero. O Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero e Raça. Fundamento normativo. Antecedentes históricos. Congêneres na legislação estrangeira. Julgamento com Perspectiva de Gênero por ramos do Direito. As implicações sobre o Sistema de Justiça.

## **JUR1923–2HA-TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO IV: DIREITO DESPORTIVO (PROFESSOR JOB GOMES) VIRTUAL**

Evolução da Legislação Desportiva Brasileira. O Direito Desportivo nas Constituições do Brasil. A autonomia das entidades desportivas. O Atleta profissional e não profissional de Futebol. A Entidade Desportiva com Equipe de Futebol Profissional. O contrato de trabalho do atleta profissional de futebol. Remuneração e salário. Rompimento contratual. Clubes recreativos e Associações Desportivas

## **JUR1924-2HA - DEONTOLOGIA JURÍDICA (PROFESSOR ADRIANO BARCELLOS)**

Filosofia e Ética. O Fenômeno Moral e a Filosofia Ética. Ética e Direito. A Ética e a Justiça. Ética profissional no âmbito das diversas profissões jurídicas. O papel do profissional no contexto social brasileiro. Funções específicas, relações interdisciplinares e estratégicas de ação do profissional do Direito. Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil. Procedimentos práticos da profissão. Contrato de prestação de serviços advocatícios. Honorários Advocatícios. Das infrações e Sanções Disciplinares. Do Processo Disciplinar. O Código de Ética Profissional. Deveres éticos da Magistratura. Deveres éticos do Ministério Público. Deveres éticos dos auxiliares da justiça

## **JUR1925 – 2HA - TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO VI: IMPOSTO DE RENDA EMPRESARIAL (PROFESSOR GUSTAVO JUNQUEIRA)**

- 1- **Apresentação**
- 2- **Origens**
- 3- **Conceito de Renda**
- 4- **Fato Gerador**
- 5- **Generalidade e Universalidade**
- 6- **Progressividade**
- 7- **Bitributação econômica**
- 8- **IRPF**
- 9- **IRPJ**
- 10- **IRPJ - Lucro Real**
- 11- **IRPJ – Lucro Presumido e Lucro Arbitrado**
- 12- **Imposto de Renda na Fonte**
- 13- **Tendências**

**Origem. Conceito de Renda. Fato Gerador. Generalidade e Universalidade. Progressividade. Bitributação econômica. IRPF. IRPJ. Lucro Real. Lucro Pre-sumido e Arbitrado. Tributação dos ganhos de K. Imposto de Renda na Fonte.**

## **JUR1926 – 2HA / TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO FINANCEIRO (PROFESSOR LUIZ EMYGDIO) - VIRTUAL**

Direito Financeiro, ramo do Direito Público, abrange o estudo da atividade financeira do Estado, compreendendo a despesa pública, a receita pública, o orçamento público, o crédito público e a lei de responsabilidade fiscal, que é de grande importância para o estudo da matéria. O Direito Financeiro gerou o nascimento do Direito Tributário e é disciplinado pela Constituição Federal e pela lei complementar 4320, de 1964.

## **JUR1927 – 2HX / REFORMA TRABALHISTA (PROFESSOR JOÃO BATISTA BERTHIER)**

A reforma trabalhista. Grupo de empregadores. O conceito de tempo à disposição do empregador. Jornadas de trabalho. Sistema de compensação. Teletrabalho. Trabalho intermitente. A figura do trabalhador autônomo exclusivo. O distrato do contrato de trabalho. Rescisão do contrato de trabalho. Dispensa em massa. Plano de demissão voluntária ou incentivada. Dano extrapatrimonial. Representação dos empregados na empresa. Contribuições sindicais. Flexibilização. Aspectos processuais da reforma.

## **JUR1927 -2HA /INTERNATIONAL COMMERCIAL ARBITRATION (PROFESSOR LAURO GAMA) VIRTUAL.**

This course aims to provide undergraduate law students with a comprehensive understanding of the life cycle of international commercial contracts. It will cover key aspects such as contract formation, interpretation, performance, non-performance, remedies for breach, exemptions and dispute resolution. By the end of the course, students will have a strong foundation in the principles and practices governing international commercial contracts, enabling them to effectively draft, analyze, and negotiate such contracts

## **JUR1928 – 2HA - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (PROFESSOR THEOPHILO MIGUEL) – VIRTUAL**

UNIDADE I – O Cenário de Construção da Improbidade Administrativa 1. Autonomia constitucional e definição de improbidade administrativa 2. Sujeitos. Definição de agente público (agentes políticos e outros) e demais responsáveis jurídicos (convênio, consórcio, terceiro setor e parceiros privados)

UNIDADE II - Atos de Improbidade Administrativa 1. A estrutura normativa dos atos de improbidade 2. Atos de improbidade administrativa que importam enriquecimento ilícito 3. Atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário 4. Atos que atentam contra os princípios da administração 5. Controle judicial do ato de improbidade

UNIDADE III – Sanções, Prescrição e Decadência 1. Introdução 2. As sanções em espécie (art. 37, §§ 4º e 5º, CF e art. 12 da LIA) 3. O critério de aplicação das sanções 4. Prescrição e Decadência

UNIDADE IV - Procedimento Administrativo e Processo Judicial 1. Inquérito Civil 2. Legitimidade ativa 3. Causa de pedir e pedido 4. Legitimidade passiva e competência 5. Pedido cautelar 6. Análise da petição inicial 7. Fase instrutória 8. Sentença

## **JUR1929 - 2HX – DIREITOS DA PERSONALIDADE/AUTONOMIA CORPORAL (PROFESSORA ADRIANA RIBEIRO GEISLER)**

Autonomia existencial à luz da dignidade da pessoa humana: ponderação entre liberdade e solidariedade. Fundamentos da autonomia corporal: relação corpo e mente; controle político-social sobre o corpo; construção da subjetividade. Legitimidade das intervenções jurídicas sobre a autonomia corporal: espécies de paternalismo. Interpretação constitucional dos limites positivados no art. 13 do CC/02: bons costumes e finalidade terapêutica. A autonomia corporal entre a indisponibilidade e a privacidade: art. 11 e 21 do CC/02. O fenômeno transexual na Saúde e no Direito: o sistema sexo-gênero; a construção do transexualismo e o “verdadeiro transexual”; integridade psicofísica: direito à saúde e “mudança de sexo”; dilemas da autonomia corporal na experiência transexual.

## **JUR1929 – 2HA – TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO CONSTITUCIONAL, JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO (PROFESSOR PAULO SERRANO)**

A disciplina apresenta: (1) A origem da Justiça Militar da União. (2) Evolução desde a criação em 1808. (3) Competência. (4) Atual organização judiciária. (5) Circunscrições Judiciárias Militares (CJM). (6) Superior Tribunal Militar (STM). (7) Julgamentos de Repercussão Histórica. (8) Jurisprudência atual: casos selecionados.

## **JUR1930 – 2HA – TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO CONSTITUCIONAL, JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO (PROFESSORA ANDREA BANDEIRA DE MELLO SCHETTINI) - VIRTUAL**

A disciplina propõe desenvolver um estudo aprofundado sobre o Sistema Interamericano de Direitos Humanos, do qual o Brasil faz parte. Buscando associar teoria e prática, a disciplina volta-se para aspectos centrais do Sistema Interamericano: a atuação de seus órgãos (Comissão e Corte Interamericanas), o procedimento de casos, as formas de reparação das vítimas de violações de direitos humanos, os posicionamentos do Estado brasileiro, a implementação de sentenças da Corte Interamericana, a doutrina do controle de convencionalidade e as ferramentas de incidência e de litigância estratégica. As aulas serão atravessadas por temas como: violações interseccionais de direitos humanos, direito à memória e à verdade, combate ao racismo e outras formas de discriminação, bem como direitos territoriais e ambientais. A disciplina será oferecida online pelo Departamento de Direito da PUC-Rio em parceria com a Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e se articulará à pesquisa e à extensão desenvolvidas no âmbito do Núcleo de Direitos Humanos, em especial pelo Grupo de Estudo e Pesquisa sobre SIDH (GEP-SIDH), e pelo Grupo de Pesquisa Acesso ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos (a-SIDH) da Faculdade de Direito da UFPE.



### **JUR1931 -2HX / TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO XII - REGULAÇÃO ECONÔMICA DE MERCADO (PROFESSOR RUI RONALD MARINHO)**

História da Regulação no Mundo. As teorias de regulação. Diferença entre a escola americana e francesa. 2. Regulação econômica: 2.1. Poder econômico: existência e uso. 2.2. Abuso do poder econômico. 3. A Defesa da livre concorrência. 3.1. Concorrência: Tipos. 3.2. Repressão e prevenção ao abuso do poder econômico. 4. Concorrência e regulação. 4.1. Defesa da livre concorrência e regulação. 5. As grandes crises mundiais e a regulação de mercado como solução. 7. A nova visão do Socialismo no mundo. O novo papel do estado na economia. 6. Princípios de microeconomia. Mercados. Tributação. Custo social e o Bem-Estar Social. 8. Ambiente regulatório e instituições. A nova teoria de regulação: informação assimétrica. Regulação de monopólios naturais. Regulação de serviços públicos com segmento competitivo. Regulação em países em desenvolvimento. 9. A regulação no Brasil. Década de 90 no Brasil. A criação das Agências Reguladoras. 10. As grandes Autarquias no Brasil. CADE, CVM e Banco Central

### **JUR1932 – 2HX – DIREITOS HUMANOS E TRABALHO (JOÃO BATISTA BERTHIER)**

Direitos humanos e trabalho. Direitos Fundamentais do trabalhador. A Constituição da República e os direitos sociais dos trabalhadores. As Convenções da Organização Internacional do Trabalho. O trabalho escravo. Os Direitos da Personalidade do trabalhador. Trabalho da criança e do adolescente. Trabalho da mulher. Trabalho da pessoa com deficiência.

### **JUR1933 – 2HA – DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: OFICINA TEÓRICA E PRÁTICA (PROFESSORES VITOR ALMEIDA E AGNES CHRISTIAN).**

Ementa: modelos de abordagem da deficiência. Modelo social. Direitos humanos das pessoas com deficiência. Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com deficiência: princípios, igual capacidade e apoio. Lei Brasileira de Inclusão. Conceito de deficiência. Capacitismo. Igualdade e na discriminação. Acessibilidade. Direito à saúde. Direito à educação. Direito ao trabalho. Direito à moradia. Direito ao transporte e mobilidade. Direito à cultura. Importância da acessibilidade e guia de boas práticas. Leitura de sinais, braille, audiodescrição, a função do leitor/transcritor e outras ferramentas de acessibilidade.

### **JUR1934 – 2HA – TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO CONSTITUCIONAL COMPARADO, JURISPRUDÊNCIA CONSTITUCIONAL, SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E SUPREMA CORTE NORTE-AMERICANA (PROFESSOR PAULO MARCELO DE MIRANDO SERRANO) VIRTUAL.**

A disciplina apresenta, na primeira parte, casos históricos da Suprema Corte Norte-Americana, de 1803 a 1973/2022, analisando sua influência nas decisões do Supremo Tribunal Federal brasileiro (Marbury v. Madison, 1803; Dred Scott v. Sandford, 1857; Brown v. Board of Education, 1954; Gideon v. Wainwright, 1963; Miranda v. Arizona, 1966; e Roe v. Wade, 1973/2022). Na segunda parte, apresenta casos históricos do STF, escolhidos a partir de discussão com os alunos, analisando suas repercussões jurídicas, políticas, econômicas e sociais.

### **JUR1935 – 2HX - DIREITO FINANCEIRO (PROFESSORA FRANCIS WALESKA)**

Atividade Financeira do Estado. Direito Financeiro. Orçamento Público. Despesa Pública. Receita Pública. Crédito Público. Controle Externo.

### **JUR1935 – 2HA - POP PHILOSOPHY: HOW “TAYLOR SWIFT”, “ THE JORDAN 1 SNEAKERS” AND “GAME OF THRONES” ARE GOOD FOR YOUR LIFE (PROFESSOR ILIE ANTÔNIO PELE) – VIRTUAL**

What if pop culture is not only about entertainment but also raises critical issues about our human condition? For instance, Taylor Swift’s lyrics often rely on introspective work between choices and values. Game of Thrones reminds us of the pervasiveness of violence in our societies. The current ‘sneakers hype’ reveals how our bodies are expressions of status and identity. This course will examine TV series, movies, music, fashion and other ‘popular objects’ to explore ethical and philosophical questions connected to our times.

## **JUR1936 -2HA– TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO DE FAMÍLIA (DENISE MULLER DOS REIS PUPO) – VIRTUAL.**

**EMENTA:** A disciplina se propõe a discutir, em abordagem teórico-prática, o direito de família a partir da realidade das varas de família enquanto espaços para dirimir conflitos familiares e efetivar e garantir direitos e o acesso à justiça. Para tanto serão apresentados temas atuais de direito de família, sob a perspectiva civil-constitucional, noções gerais de direito processual civil bem como verificada a tramitação dos processos, seus diferentes momentos, seus atores e respectivos papéis e instrumentos de atuação nas demandas judiciais litigiosas perpassando as facilidades e dificuldades enfrentadas nesses espaços, cada vez mais acessados e interdisciplinares, com especial foco na legislação e nos litígios que envolvem crianças/adolescentes, idosos e deficientes.

### **OBJETIVOS**

Oferecer aos alunos a possibilidade de construção do pensamento jurídico acerca do Direito de Família, a partir de abordagem teórico-prática, que leva em consideração não só a sua atual aproximação civil-constitucional, mas o desafio do Judiciário na efetivação de direitos e garantias e o acesso à justiça.

## **JUR1937 -2HA– HISTÓRIA CONSTITUCIONAL DO BRASIL (CARLOS GUILHERME LUGONES)**

O curso pretende percorrer a trajetória constitucional brasileira ao longo do tempo, a fim de que seja possível contextualizar a elaboração das Constituições do Brasil, permitindo assim a identificação das diferentes ambiências históricas e sócio-políticas que ensejaram a produção das normas constitucionais. Desta forma, o aluno poderá identificar quais valores foram abraçados pelas Constituições do Brasil em seus distintos momentos históricos, e os motivos pelos quais estes valores se mantiveram ou foram substituídos nos textos constitucionais brasileiros, tendo em vista os diferentes contextos temporais em que foram elaborados.

## **JUR1938 – 2HX – O BRASIL REPUBLICANO E SUAS CRISES POLÍTICAS E ECONÔMICA (PROFESSOR RUI RONALD CALDAS MARINHO)**

O Brasil República. Velha e Nova República. 1º Guerra Mundial. Crise Espanhola. Crise 29. 1º Governo VARGAS (1930-1945). A revolução de 30 e a mudança no padrão de acumulação. Industrialização pesada. Governos DUTRA, 2º Governo VARGAS e CAFÉ FILHO. Governo JK. Governos Militares: Revolução de 64. A Crise do "Milagre" e o II PND. Governo SARNEY. Plano Cruzado, Bresser e Verão. Anos 80 a década perdida Ajustamento recessivo e terapias heterodoxas. Governo Collor. Governo ITAMAR. Plano Real. Governo FHC. Crises dos anos 90. Governo Lula. Crise 2008 e seus reflexos no mundo e em particular no Brasil. Governo Dilma. Governo Temer. Governo JB. Novo Governo Lula.

## **JUR1939 – 2HA – TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO XX. DIREITO CONSTITUCIONAL COMPARADO ESTRUTURA CONSTITUCIONAL DE OUTROS PAÍSES E PRINCIPAIS ESTUDOS DA FORMAÇÃO BRASILEIRA. (PROFESSOR DANTE LIMONGI) – VIRTUAL**

As instituições jurídico-políticas brasileiras. Elementos da formação histórica do Estado brasileiro. A federação e a repartição das competências entre os entes federativos. Cotejo do modelo brasileiro com outros países, a serem escolhidos pelos alunos de comum acordo com o professor.

## **JUR1940 – 2HA - TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO XXI. DIREITO DO PETRÓLEO (PROFESSORA FLÁVIA LIMMER) VIRTUAL**

Sistemas reguladores da propriedade dos recursos minerais. Regimes jurídicos de outorga e regulação das concessões. As licitações da ANP. O contrato de concessão. Os segmentos da indústria petrolífera: upstream, downstream. Categorias básicas de contratos para a exploração e produção de petróleo. Os contratos na área de refino. O transporte. A distribuição e a revenda. As parcerias na indústria do petróleo. Importação e exportação. Direito da concorrência. Tributação das atividades petrolíferas e regimes aduaneiros aplicáveis. Direito ambiental e padrões de responsabilização civil.

## **JUR1941 – 2HA - TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO PROCESSUAL CIVIL. (PROFESSORA FERNANDA MEDINA PANTOJA) VIRTUAL**

O tratamento dos litígios na contemporaneidade exige o domínio estratégico das ferramentas e técnicas processuais. A disciplina compreenderá o estudo de temas relevantes de processo civil, com direcionamento à prática do contencioso cível e empresarial, a partir uma abordagem doutrinária, prática e da análise de dados empíricos, tais como os custos de um litígio e os meios possíveis e adequados de solução, os espaços e incentivos ao consenso, os cuidados na escolha da via arbitral, a estratégia pré-contenciosa através dos negócios processuais, as novas conformações objetivas e subjetivas do processo, a gestão da litigância repetitiva e o manejo dos mecanismos de criação de precedentes, o uso tático das tutelas provisórias, os desafios na condução de provas, as questões relevantes sobre o sistema recursal e fatores extrajurídicos dos julgamentos colegiados, o uso da tecnologia e da inteligência artificial nos processos jurisdicionais, entre outros.

## **JUR1942 / 2HA – INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITO (PROFESSORA CAITLIN SAMPAIO).**

### **Objetivo:**

Esta disciplina tem como objetivo introduzir os alunos de Direito aos principais conceitos, desafios e implicações da inteligência artificial (IA) no campo jurídico. Serão abordadas as aplicações da IA no Direito, bem como as questões éticas e regulatórias associadas a essa tecnologia emergente.

### **Conteúdo Programático:**

#### **1. Introdução à Inteligência Artificial (4 horas)**

- Definição e histórico da IA.
- Principais tipos e técnicas de IA: machine learning, deep learning, redes neurais.
- Aplicações gerais da IA em diversas indústrias.

#### **2. Fundamentos da IA no Direito (4 horas)**

- Aplicações da IA no campo jurídico: revisão de documentos, predição de resultados judiciais, assistência na tomada de decisão.
- Exemplos de sistemas de IA utilizados no Direito.
- Impacto da IA no mercado de trabalho jurídico.

#### **3. Aspectos Éticos e Regulatórios da IA (4 horas)**

- Desafios éticos relacionados à IA: privacidade, viés, transparência e responsabilidade.
- Regulamentação da IA: panorama global e particularidades no Brasil.
- Padrões e diretrizes internacionais (como a OCDE e a UE).

#### **4. IA e Direito Penal (4 horas)**

- Uso da IA na investigação criminal.
- Questões legais e éticas na aplicação da IA na justiça criminal.
- Casos práticos e jurisprudência.

#### **5. IA e Direito Civil (4 horas)**

- IA e responsabilidade civil: análise de culpa e risco.
- Contratos inteligentes e blockchain.

- Resolução de conflitos com o uso de IA.

#### **6. IA e Proteção de Dados (4 horas)**

- Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e a IA.
- Privacidade e segurança da informação.
- Consentimento e tratamento automatizado de dados pessoais.

#### **7. Desafios Futuros e Tendências (4 horas)**

- Evolução da IA e suas futuras aplicações no Direito.
- IA e direitos humanos.
- Cenários prospectivos e o papel dos juristas na era da IA.

#### **8. Estudos de Caso e Discussão (2 horas)**

- Análise de casos práticos.
- Discussão em grupo sobre os desafios e oportunidades da IA no Direito.

#### **Metodologia:**

- Aulas expositivas e dialogadas.
- Análise de casos práticos.
- Leitura e discussão de textos acadêmicos e legislativos.
- Atividades em grupo e debates.

#### **Avaliação:**

- Participação e presença (10%)
- Trabalhos individuais e/ou em grupo (40%)
- Prova escrita ou projeto final (50%)

### **JUR1943 -2HA /TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO XXIV. TÓPICOS EM DIREITO PENAL (PROFESSOR JOAO MESTIERI) – VIRTUAL.**

Propedêutica Penal. Teoria da lei Penal. Teoria do delito. Teoria da reação penal.

### **JUR1944 -2HA / REGIME JURÍDICO DE STARTUPS (PROFESSOR LUIZ CLÁUDIO SALLES CRISTÓFARO) – VIRTUAL.**

A partir de conceitos teóricos, mas, sobretudo, utilizando exemplos concretos e exercícios práticos que provoquem debates sobre o tema, o curso objetiva dar aos alunos uma visão abrangente de diversos aspectos ligados à estrutura jurídica das Startups como veículos de inovação e desenvolvimento econômico.

#### **EMENTA DA DISCIPLINA**

Inovação e desenvolvimento econômico, conceito de “Startups”; Estrutura jurídica das Startups; as sociedades e os fundos de investimentos; investidores, oportunidades e riscos; regime jurídico das startups; Marco Legal das Startups; ciclo de vida das startups; investimento e desinvestimento.

### **JUR1945-2HA /TÓPICOS ESPECIAIS EM PROCESSO ADMINISTRATIVO (PROFESSOR MANOEL MESSIAS PEIXINHO) - VIRTUAL**

1. Conceito de processo administrativo. 2. Princípios do processo administrativo. 3. Aplicação da LINDB (Decreto-Lei nº 4.657/1942) ao processo administrativo. 4. Estrutura básica do processo administrativo da Lei nº 9784/1999. 5. Inteligência artificial aplicada ao processo administrativo. 6. Processos administrativos regidos por leis especiais.

#### **Bibliografia**

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo: São Paulo: Gen/Atlas, 2021.  
NOHARA, Irene Patrício; MARRARA, Irene. Processo administrativo: São Paulo: RT, 2018.  
SADDY, André (coord.). Inteligência artificial e direito administrativo. Rio de Janeiro: CEEJ, 2022.

## **JUR1947 -2HX / TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO XXVIII. JUIZADOS ESPECIAIS PARA AÇÕES DE CONSUMO (PROFESSOR ADRIANO BARCELOS ROMEIRO)**

Introdução histórica, juizado especial cível, juizado especial federal e juizado de fazenda pública, os princípios informativos das leis n.º 9.099/95, 10.259/01 e 12.153/2009, competência, legitimidade ativa nos juizados especiais, procedimento nos juizados especiais cível, federal e da fazenda pública, petição inicial, audiência de conciliação, resposta do réu, provas, audiência de instrução e julgamento, recursos, execução, ementas, jurisprudência, objeto da ação, petição inicial, audiência de conciliação, contestação, pedido contraposto, exceção de suspeição, exceção de impedimento, revelia, sentença, embargos de declaração, recurso inominado, mandado de segurança, recurso extraordinário, execução

## **JUR1948 -2HA / SOCIEDADES LIMITADAS (PROFESSOR LUIZ CLÁUDIO SALLES CRISTÓFARO) – VIRTUAL.**

### **OBJETIVOS**

Objetivos da disciplina:

Apresentar os fundamentos e as principais características das Sociedades Limitadas a partir do estudo de casos e da análise de contratos sociais de sociedades constituídas de acordo com este tipo societário..

### **EMENTA**

A partir do estudo de caso a ser desenvolvido de forma colaborativa com a turma, se construirá uma hipótese que levará à elaboração em conjunto de um contrato social. Durante o processo de desenvolvimento do contrato, serão abordados os principais conceitos e as principais questões relacionadas às Sociedades Limitadas tais como a estrutura contratual, as cláusulas obrigatórias, a formação do capital social, a responsabilidade dos sócios, a administração da sociedade, a cessão e transferência de participação societária, as deliberações sociais, as divergências entre sócios, a resolução da sociedade em relação a parte de seus sócios, a dissolução e a liquidação da sociedade.

## **JUR1950-2HA/TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO XXXI. ASPECTOS FILOSÓFICOS E PSICOLÓGICOS DA TOMADA DE DECISÃO JURÍDICA (PROFESSOR NOEL STRUCHINER)**

Na eletiva, serão discutidas as implicações de pesquisas recentes dos campos da psicologia moral e filosofia (moral) experimental para o direito e para a teoria do direito, mais especificamente, para a questão acerca da tomada de decisão jurídica. Nosso direito está repleto de formulações normativas que contêm conceitos vagos, moralmente carregados, como, por exemplo: dignidade, liberdade, justiça, moralidade, entre outros. Sendo assim, decisões jurídicas muitas vezes não são muito diferentes de decisões morais. Torna-se importante, portanto, investigar o que são decisões morais e como as mesmas funcionam. Filósofos e teóricos do direito, trabalhando dentro de um arcabouço excessivamente racionalista, têm sistematicamente negligenciado os resultados de pesquisas empíricas acerca do processo de decisão moral na construção de suas pesquisas. Filósofos e teóricos do direito costumam, por exemplo, defender fortemente suas teorias normativas da adjudicação (na maior parte, teorias normativas baseadas nos trabalhos de Dworkin e Alexy) de forma idealizada e sem considerar dados importantes que pretendemos levantar. O que se pretende fazer na disciplina é suprir essa lacuna e fornecer um delineamento dos esforços interdisciplinares que estão sendo realizados por filósofos experimentais e psicólogos morais no sentido de descrever como nossas decisões morais funcionam e pensar sobre as implicações dessas pesquisas para o campo jurídico.

**JUR1955– 2HA/TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO. DIREITO DE SAÚDE (PROFESSORA ADRIANA RIBEIRO RICE GEISLER) - VIRTUAL**

História das políticas de saúde no Brasil. Modelo de desenvolvimento e de atuação do Estado no setor. Política de saúde no contexto da seguridade social. Bases políticas e institucionais de emergência do Sistema Único de Saúde. Evolução histórica dos modelos explicativos de saúde e influência do conceito ampliado de saúde na construção do SUS. Princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde. Modelos tecno-assistenciais: estrutura e organização do SUS. Legislação Estruturante do SUS e financiamento do setor. Reforma do Estado e fenômeno da reestruturação produtiva no setor saúde. Modelos de atenção à saúde no Brasil: Médico assistencial privatista e Neoliberal.

**JUR1956 -2HA /RECURSOS E AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO NO PROCESSO PENAL (PROFESSORA VICTORIA SULOCKI) VIRTUAL**

1-Teoria dos Recursos no Processo Penal: Introdução; Fundamentos, Conceito e Natureza Jurídica; Classificação; Princípios Constitucionais, Sistema Recursal Brasileiro e Duplo Grau.

2-Recursos em espécie: Recurso em Sentido Estrito; Apelação; Embargos Infringentes; Embargos de Declaração; Carta Testemunhável; Recursos Especial e Extraordinário, Agravos nos Recursos Especial e Extraordinário.

3-Ações Autônomas de Impugnação: Habeas Corpus, Revisão Criminal e Mandado de Segurança.

**JUR1957 –2HA/ MÍDIA, ENTRETENIMENTO E DIREITO (PROF. RICARDO BRAJTERMAN)**

Aspectos jurídicos da propriedade intelectual; Mídia Impressa x Mídia eletrônica; Direitos e deveres do Jornalista; Liberdade de Expressão x Imagem, Intimidade e Princípio da Dignidade Humana; Direitos e deveres dos sites da internet; Direitos autorais nas artes; Os profissionais da arte (pintores, escultores, autores, iluminadores, cenógrafos, diretores, coreógrafos, figurinistas, contraregras, camareiros, músicos, atores, bailarinos, maquinistas); Contratos em televisão; Contratos em cinema; Contratos em teatro; Leis de incentivo à cultura;

**JUR1958 – 2HX – TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO PROCESSUAL – (PROFESSOR FIRLY NASCIMENTO FILHO) – VIRTUAL**

Processo e Direito Imobiliário: a) ação de consignação em pagamento; b) ação de revisão de aluguel; c) ação renovatória; d) ação de imissão na posse; e) ação de reintegração de posse; f) ação de manutenção de posse; g) ação de usucapião.

Processo e Direito de Família: a) ação de Separação Judicial; b) ação de Divórcio; c) ação de Alimentos; d) ação de Guarda; e) ação de Regulamentação de Visitas; f) ação de Partilha; g) ação de Investigação de Paternidade; h) ação Negatória de Paternidade; i) ação de Petição de Herança.

Procedimentos extrajudiciais aplicáveis ao Direito Imobiliário e ao Direito de Família